

GABINETE DIGITAL: UMA EXPERIÊNCIA DE DEMOCRACIA NA REDE

Autores:

Ciro Antônio da Silva Resende (UFMG)

Janaina Ferreira da Mata (UFMG)

Colaboradores:

Macdowell Batista Costa (UFMG)

Vanessa Quirino Ramos (UFMG)

Professor Orientador:

Marcus Abílio Pereira (DCP-UFMG).

Resumo:

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) favorecem a implantação de mecanismos de participação e engajamento da sociedade civil no sistema político através de ferramentas digitais que aproximam os cidadãos de seus representantes. O Gabinete Digital é um espaço desenvolvido pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de estabelecer canais de diálogo e de participação popular na internet. As iniciativas presentes no portal – Governador Responde, Governador Escuta, Agenda Colaborativa e Governador Pergunta – são instrumentos que facilitam o acesso à informação pública, oferecem interatividade e interação política ao proporcionar fluxos multidirecionais de comunicação e de informação, além de possibilitar a coleta da opinião pública a ser utilizada durante a tomada de decisão política. A experiência propicia uma democracia digital direta, implantando subsídios para o aprimoramento e o desenvolvimento das políticas públicas e uma estrutura política sensível à vontade e à opinião da cidadania.

Palavras-chave: Gabinete Digital. E-governo. Democracia digital. Participação pública. Cidadania.

Introdução

O site Gabinete Digital (www.gabinetedigital.rs.gov.br) é uma iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto foi implantado em maio de 2011, com o objetivo de “promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania promovendo a eficiência e o controle social sobre o Estado, estruturando a relação do Governador com as diversas formas de escuta e participação através das redes digitais” (GABINETE DIGITAL, 2011a). Ou seja,

É um novo espaço de participação que tem como objetivo estimular uma nova cultura na gestão pública, por meio do estabelecimento de canais de diálogo e colaboração com a sociedade a partir do uso das ferramentas digitais. É um órgão articulador da política de Cultura e Governança Digital, vinculado diretamente ao Gabinete do Governador e coordenado pelo Chefe de Gabinete. (GABINETE DIGITAL, 2011a).

Segundo informações do portal, a concepção do projeto foi acompanhada por uma ampla pesquisa, que analisou iniciativas do Brasil e do mundo. Desde o seu lançamento, têm sido incorporadas novas formas de participação, com o intuito de acompanhar os avanços no mundo digital e as novas possibilidades de interação pela rede. A proposta é estimular e ampliar a democracia e o fortalecimento da cidadania, promovendo a eficiência e o controle social sobre o Estado, estruturando a relação do governador com as diversas formas de escuta e participação através das redes digitais.

Vale destacar que a iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul já recebeu dois prêmios. O primeiro, em setembro de 2011, foi o “E-gov”, de excelência em governo eletrônico, concedido pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP). E o segundo, durante o 5º prêmio “ARede”, de Inclusão Digital, na categoria "Inovação na Gestão Pública".

Nesse sentido, partindo-se de ampla pesquisa bibliográfica, à luz do arcabouço teórico sobre democracia digital, produzido por autores como Wilson Gomes e Manuel Castells, toma-se o portal Gabinete Digital como unidade de análise, tendo em vista que este apresenta elementos que contribuem fortemente para a evolução do governo sul-rio-grandense no campo da participação social. Dessa maneira, o texto está dividido em três partes. Na primeira, as ferramentas disponíveis no site são analisadas em quatro subseções, realçando-se os aspectos que visam ampliar a participação bem como os limites a esta, tendo como horizonte temporal os meses de outubro e novembro de 2011. Na segunda parte, procura-se situar a experiência analisada frente aos graus de democracia digital elencados por Wilson

Gomes. Por fim, enfatizam-se os desafios e avanços concernentes ao Gabinete Digital, concluindo-se que a maior questão do campo político hoje está em adaptar-se constantemente, vislumbrando motivar cada vez mais as pessoas a sentirem como cidadãos de uma democracia.

1. Análise das ferramentas disponíveis no portal

O portal apresenta as seguintes ferramentas de participação: Governador Responde (por meio da qual as pessoas elaboram perguntas diretamente ao Governador, sendo que a pergunta mais votada será respondida diretamente em vídeo no final de cada mês); Governo Escuta (conta com a transmissão de audiências públicas via internet, contando com a participação através de bate-papo); Agenda Colaborativa (contribuições poderão ser enviadas para constituir a pauta do Governador durante as visitas ao interior do Estado); e Governador Pergunta (plataforma para o envio e priorização de propostas ao Governo do Estado via internet). Na sequência, faz-se detida análise de cada uma delas.

1.1. Governador Responde

A proposta desta ferramenta é ser um canal de interação direta entre os cidadãos e o governador, fazendo com que a internet seja utilizada como um instrumento para promover a democracia ao facilitar o acesso à informação política, como sugere Manuel Castells:

A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de o governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo – o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é o soberano (CASTELLS, 2003, p. 128).

A ferramenta “Governador Responde” busca uma interação real com o envio de perguntas ao governador sobre os vários temas elencados no portal. Entretanto, o retorno aos questionamentos é bastante limitado, visto que somente uma pergunta é respondida por mês: a mais votada. Com isso, de junho a novembro de 2011 apenas cinco perguntas foram respondidas. Temas como educação e saúde, que já somam 54 perguntas, ainda não foram alvo das considerações do Governo do Rio Grande do Sul.

Wilson Gomes (2008, p. 311), em “Internet e Participação Política”, destaca que a “interatividade política ancorada na internet refere-se a uma comunicação contínua e de iniciativa recíproca entre esfera civil e agentes políticos, uma comunicação que deve servir

para um recíproco *feedback* entre cidadania e sociedade política”. Nesse sentido, é preciso indagar se o “Governador Responde” oferece uma verdadeira interatividade ao limitar, sensivelmente, a comunicação com os cidadãos.

O portal busca fazer uso da “transformação da sociabilidade em sociedades complexas”, que, segundo Castells (2003, p. 107), substituiu as “comunidades espaciais por redes como formas fundamentais de sociabilidade”. O que leva, cada vez mais, as pessoas a se organizarem não simplesmente em redes sociais, mas em redes sociais mediadas por computador. Conforme as instruções de utilização da ferramenta incentivam: “Você pode compartilhar pelas redes sociais ou por e-mail entre seus contatos. Utilize os argumentos próprios para convencer sua rede de contatos a votar em sua pergunta”.

Além de ter a iniciativa de acessar o site, aceitar seus termos de uso e condições gerais, cadastrar-se e elaborar uma pergunta, o cidadão ainda tem que fazer uma campanha para que a sua questão seja a mais votada e a sua pergunta possa ser respondida pelo chefe do Executivo gaúcho. Tal fato aumenta o custo de oportunidade e as barreiras de ingresso. Como a participação nas redes *online* é feita, predominantemente, de forma aleatória e menos perene, apresentando custos baixos de ação, isso pode levar a uma certa fragilização, ao longo do tempo, do uso da ferramenta de participação popular, tendo em vista que “os cidadãos não vêm muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quanto atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais” (CASTELLS 2003, p. 129).

1.2. Governo Escuta

A ferramenta prevê a realização de audiências públicas com transmissão via internet e participação via bate papo. O portal indica que já ocorreram três edições do “Governo Escuta”, sendo que a última aconteceu no dia 28 de junho de 2011, dentro da programação do 12º Fórum Internacional de Software Livre, com o tema “Cultura digital, Democracia e Governos no século XXI”. Nessa edição, o governador ouviu especialistas do meio técnico e acadêmico discutindo ligações entre tecnologia e democracia.

O “Governo Escuta” possibilita a interatividade e interação, proporcionando fluxos de comunicação e informação em mão dupla entre cidadãos e sociedade política, por meio da estrutura e dispositivos da internet. Como bem observa Wilson Gomes (2008, p. 304), a esfera política pode, enfim, “comunicar-se diretamente com a esfera civil, dispensando o

atravessador, representado pelo campo do jornalismo”, além de demonstrar o seu interesse pela opinião pública.

A experiência pode ser considerada também um modelo de comunicação híbrida, que mescla interações *online* e *off-line*, conforme destaca Manuel Castells:

Por causa da flexibilidade e do poder de comunicação da Internet, a interação social on-line desempenha crescente papel na organização social como um todo. As redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades, comunidades virtuais, diferentes das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes na criação de laços e na mobilização. Além disso, o que observamos em nossas sociedades é o desenvolvimento de uma comunicação híbrida que reúne lugar físico e ciber lugar (para usar a terminologia de Wellman) para atuar como suporte material do individualismo em rede. (CASTELLS, 2003, p. 109).

Os arquivos das audiências públicas são apresentados em vídeos, porém, no site só estão disponíveis o vídeo da terceira edição e outro do lançamento do Gabinete Digital. O registro dessa iniciativa dentro do portal se restringe apenas à participação *off-line*, não ficando disponível para consulta a participação dos cidadãos via internet. O que dificulta, em parte, a análise do interesse da população a essa ferramenta.

1.3. Agenda Colaborativa

A ferramenta faz parte do processo participativo da Interiorização de Governo, que, até o mês de novembro de 2011, havia realizado dez edições. A proposta, segundo o portal, é ser um espaço democrático de participação, onde podem ser pautadas questões e construídas demandas de interesse da comunidade, estabelecendo “um amplo debate sobre temas relevantes para a região junto à população, autoridades, empresários e movimentos sociais” (GABINETE DIGITAL, 2011b).

A “Agenda Colaborativa” é um instrumento que pode ser usado pelos cidadãos para organizarem a visita do governador ao município. A primeira etapa é no ambiente virtual, com o envio das contribuições da população via internet, as quais são sistematizadas e atualizadas no Gabinete Digital. O segundo momento é realizado no ambiente *off-line*, com a presença do Governo do Estado na cidade, numa tentativa de aproximar o representante dos seus representados. O que dá uma demonstração de maior sensibilidade da classe política à vontade e opinião da cidadania, favorecendo o engajamento e a participação política do cidadão. Assim,

quando (e se) efetiva, a arquitetura de comunicação em mão dupla é instrumento formidável para quebrar a bruxaria que mantém o público numa condição de

passividade no processo político. A interação política é, nesse sentido, uma forma de incrementar o poder simbólico e material do público, como eleitor, mas também como sujeito constante de convicções, posições e vontade a respeito dos negócios públicos. Além disso, se a interação é capaz, pelo menos em princípio, de levar os agentes políticos a alterar as suas posições políticas para melhor ajustá-las à disposição do público, é também, por consequência, capaz de produzir um efeito igualmente importante na cultura política, pois contribui, ao mesmo tempo, para recompor a sensação de efetividade política da esfera civil e para produzir o sentimento de que os agentes políticos devem responder à cidadania pelas suas decisões e pelas suas ações referentes aos negócios de interesse público. Leva, portanto, à formação de um cidadão mais cioso de sua força política e a uma classe política mais ciente das suas obrigações democráticas de prestação pública de contas. (GOMES, 2008, p. 311).

1.4. Governador Pergunta

Na mais recente ferramenta do Gabinete Digital implantada pelo governo gaúcho, lançada em novembro de 2011, o governador pede a contribuição da sociedade para a discussão de temas de interesse público, buscando subsídios para o aprimoramento e o desenvolvimento das políticas públicas do Estado. O “Governador Pergunta” perpassa as seguintes etapas:

1. O governador elabora uma pergunta – na primeira edição será discutido o tema Saúde – “o que podemos fazer para melhorar o atendimento na saúde pública?”.
2. A população envia suas contribuições durante duas semanas, escolhendo o tema estratégico que mais se encaixa à sua proposta: Cuidado Integral, Saúde da Família, Urgência e Emergência, Acesso a Medicamentos ou Saúde na sua Região.
3. As propostas são organizadas e sistematizadas pelos mediadores do portal para irem a votação.
4. Os cidadãos têm duas semanas para votar e escolher as propostas consideradas mais importantes. A partir da votação popular, via internet, as propostas serão priorizadas. As cinquenta mais votadas receberão uma resposta direta do Governador, na forma de um documento oficial.
5. Os autores das 50 propostas mais votadas (dez de cada tema) terão um encontro com o governador no Palácio Piratini, para discutir suas contribuições e conhecer o documento que servirá como um guia para a priorização de ações da Secretaria de Saúde e das políticas do Governo do Estado.

De acordo com o portal, a proposta é que a iniciativa seja “uma verdadeira assembleia digital”, que “produzirá um conjunto de orientações e apontamentos para as ações do Governador” (GABINETE DIGITAL, 2011c). Nesse sentido, fica claro que

uma estrutura multilateral, dotada de fluxos multidirecionais de informação e de comunicação, é sintoma de uma estrutura política na qual se reconhece que a esfera civil tem algo a dizer e pode influenciar diretamente a decisão política, de uma estrutura na qual governos e legislativos são sensíveis à vontade e à opinião da cidadania. (GOMES, 2008, pp. 310-311).

Nessa ferramenta, o Governo do Estado usa algumas estratégias para ampliar a participação dos cidadãos. Todos aqueles que enviarem propostas estarão concorrendo ao sorteio de ingressos para os jogos da dupla “Grenal” (Grêmio x Internacional) até o final do campeonato de futebol. Além disso, visando reduzir os impactos da exclusão digital, foram disponibilizados computadores públicos com acesso ao Gabinete Digital em algumas cidades do interior e em pontos públicos da capital e também uma van equipada com computadores percorrendo pontos específicos da capital dos gaúchos e bairros da região metropolitana, sendo também colocada uma equipe treinada para orientar os cidadãos sobre como utilizar as ferramentas de participação digital.

2. O grau de democracia digital do portal

Realçadas as principais características de cada uma das ferramentas disponíveis no Gabinete Digital, faz-se possível situar tal experiência em um dos graus de democracia digital elencados por Wilson Gomes (2004). Antes disso, entretanto, vale destacar que o portal apresenta uma visão forte de governança eletrônica, a qual se relaciona ao desenvolvimento de mecanismos que sejam capazes de aumentar a participação de atores da sociedade nos processos de definição de políticas e discussão de temas antes restritos ao sistema político. Dessa forma, o site incide diretamente na relação governo-cidadão, enfatizando a participação eletrônica, que

é um mecanismo que permite aos governos dialogar com seus cidadãos e favorece a habilidade dos governantes de demandar, receber e incorporar as preferências e informações de seus representados, colaborando para a tomada de decisões políticas de forma a responder às necessidades e prioridades dos cidadãos (UN E-Government survey, 2008).

Nessa seara, o portal em análise reconhece que os cidadãos têm capacidade para decidir, oferecendo mecanismos específicos para a participação no processo decisório. Buscando melhor situar a experiência, valemo-nos dos enquadramentos de democracia digital

elaborados por Wilson Gomes, apresentados no texto “Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras” (2005), de Sivaldo Pereira da Silva. Esse autor utiliza tal tipificação para analisar sites institucionais de governos, diferentemente do que se faz aqui, cujo estudo dirige-se a um portal criado pelo gabinete do governador sul-rio-grandense, Tarso Genro (PT). Apesar da distinção dos objetos, assumimos os elementos, conteúdos e ferramentas peculiares a cada grau elencados no citado artigo vislumbrando melhor situar a experiência do Gabinete Digital.

O primeiro grau “pode ser caracterizado pela ênfase na disponibilidade de informação e na prestação de serviços públicos” (SILVA, 2005, p. 454). Assim, alguns elementos presentes no portal adequam-se a essa caracterização, como, por exemplo: presença de algumas informações institucionais genéricas (endereço físico e eletrônico, bem como telefones do gabinete do governador); notícias produzidas pelo próprio gabinete, ligadas, sobretudo, ao portal e aos temas respondidos; possibilidade de inserção de dados pelo usuário e consequente obtenção de informação propiciada pela ferramenta “buscar”; *feedback* para indagação sobre tema genérico e tema específico, por meio da ferramenta Governador Responde. Alguns elementos característicos desse grau, como presença de legislação e possibilidade de operação completa de serviço público via rede não se fazem presentes, o que se justifica pelo fato do Gabinete Digital não ser o site institucional do governo do Rio Grande do Sul (www.rs.gov.br), mas sim um portal que congrega as ferramentas do governo de participação popular via internet.

Acerca do segundo grau, consiste ele

no emprego das TICs [Tecnologias da Informação e Comunicação] para colher a opinião pública e utilizar esta informação para a tomada de decisão política, e na configuração de “um Estado que consulta os cidadãos pela rede para averiguar a sua opinião a respeito de temas da agenda pública (GOMES, 2004b, p. 6)” (SILVA, 2005, p. 455).

Um dos elementos desse grau presente no portal refere-se à existência de campanha publicitária *online* que estimula a emissão da opinião do cidadão, de forma que por toda parte (inclusive nas redes sociais) incentiva-se a participação, existindo *link* direto para tal. Há também um sistema avançado de votação eletrônica no formato “consulta”, sem efeito deliberativo. Nesse sentido, é necessário realizar um cadastro, o qual tem como dados obrigatórios nome, e-mail e senha, e como dados opcionais cidade, gênero, faixa etária, telefone e *twitter*. A partir desse cadastro é possível utilizar as várias ferramentas disponíveis. No que diz respeito ao Governo Responde, no qual se votam em perguntas feitas por outros

usuários acerca de determinadas temáticas, o sistema permite o voto em perguntas distintas, restringindo-o na mesma pergunta.

Por fim, o terceiro grau de democracia digital “é representado pelos princípios da transparência e da prestação de contas (*accountability*), gerando uma maior permeabilidade da esfera governamental para alguma intervenção da esfera civil” (SILVA, 2005, p. 455). Há, nesse sentido, local para recepção de críticas do cidadão publicadas (espaço para comentários, os quais não são previamente analisados) bem como informações sobre infraestrutura tecnológica que proporcione o acesso e o uso das TICs pelo cidadão, visto que, o governo gaúcho disponibilizou pontos públicos de acesso e uma van itinerante com computadores e uma equipe preparada para instruir o uso das ferramentas do site.

Destarte, como salienta Silva,

esses graus não devem ser compreendidos como ‘excludentes’ entre si. Também não devem ser vistos de forma rígida como parâmetros estanques. (...) Embora, em princípio, um grau não inclua necessariamente um outro grau, um projeto pode situar-se entre graus, estando mais propenso para um determinado grau sob um aspecto e para outro grau sob outro, já que os fenômenos não são rigorosamente homogêneos e as iniciativas nem sempre constituem um sistema unitário. (SILVA, 2005, p. 457).

Desse modo, pode ser destacado que o Gabinete Digital é perpassado por estes três graus de democracia digital, ao disponibilizar importantes informações para a participação e colher opinião pública, gerando, enfim, uma maior interação entre a esfera governamental e a esfera civil.

3. Avanços e desafios do Gabinete Digital

As sociedades mudam através do conflito e são administradas por políticos. Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado. (CASTELLS, 2003, p. 114).

O Gabinete Digital, bem como o conjunto de ações de estímulo à participação implementado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, propiciam que sejam criadas as condições para transformar o Estado em um laboratório de experiências democráticas: conectada à estratégia de Governo, às políticas de desenvolvimento, além de compreender a finalidade do serviço público.

O esgotamento dos modelos de administração pública das últimas décadas, as mudanças de paradigmas, as reformas e processos de gestão não podem ser pensadas sem levar em conta a necessidade de um novo adensamento político, que recupere o déficit social, estimule a cidadania e a emergência da sociedade civil. Nesse sentido, o governo gaúcho vem colocando em prática que a democracia digital pode ir além da transparência e ser um instrumento para favorecer a aproximação dos representantes com os cidadãos para além do período eleitoral.

Face ao exposto, podemos considerar que a experiência política organizada pelo Executivo do Rio Grande do Sul favorece os requisitos básicos para uma democracia, conforme apresentado no texto “Internet e participação política” (2007), de Wilson Gomes. São eles: a disponibilização de informações para que os cidadãos possam tomar decisões mais qualificadas; a participação dos cidadãos nos debates públicos e nos processos de formação da opinião pública, construindo sua própria opinião e decisões políticas; a liberdade política, com meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em eventos e atividades políticas; as oportunidades para interagir com seu representante e para dele cobrar explicações e prestações de contas no interstício eleitoral.

A iniciativa de participação digital analisada traz alguns avanços frente às dificuldades apresentadas por Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (2010, pp. 127-128), tais como: “certa indisposição da instituição em fazer uso dos *media* digitais a fim de fortalecer a interação política dos cidadãos com o governo”; “a pouca importância que o governo concede ao aperfeiçoamento da participação dos cidadãos através da internet”; “os mecanismos ofertados para promover o envolvimento político dos usuários no website não são satisfatórios devido a problemas relacionados à falta de estrutura e de pessoal para administrar recursos interativos”.

O site traz uma declaração do governador do Estado do Rio Grande do Sul Tarso Genro, afirmando que valoriza muito a participação em rede porque acredita que são opiniões que provavelmente não receberíamos por outros canais e que “esta é mais uma oportunidade para a população participar na definição das políticas públicas” (GABINETE DIGITAL, 2011d).

Podemos, com isso, constatar que o Gabinete Digital já conseguiu avançar nos dois passos fundamentais considerados por Francisco Paulo (2010, p. 132) para “fazer funcionar a engrenagem participativa em âmbito institucional”: 1) “obter o comprometimento das instituições representativas”; e 2) “convencer os representantes a considerarem os cidadãos

como pares tanto na discussão quanto na formulação de políticas públicas”. Resta ainda, buscar superar outra dificuldade que tem a ver “com o cultivo dos ‘corações e mentes’ dos cidadãos e com o fortalecimento de seu senso de responsabilidade cívica e de sua competência política”. Dizendo de outro modo: “apenas por meio do reforço de sua credibilidade, representantes e instituições políticas podem esperar que os cidadãos se sintam confortáveis e estimulados a tomar parte de modo decisivo no processo político”. (MARQUES, 2010, p. 132).

A plataforma digital tem potencial para contribuir fortemente para que o governo evolua no campo da participação social, propiciando o avanço da inclusão da sociedade no processo decisório e o aprimoramento dos canais de diálogo do representante com seus eleitores, o que pode, inclusive, influenciar no comportamento eleitoral daquela comunidade. Como assevera Castells:

Na co-evolução da Internet e da sociedade, a dimensão política de nossas vidas está sendo profundamente transformada. (...) A Internet encerra um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos. Certamente não pode substituir a mudança social ou a reforma política. Contudo, ao nivelar relativamente o terreno da manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comunicação, contribui de fato para a democratização. A Internet põe as pessoas em contato numa ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. É por isso que o controle dessa ágora pública pelo povo talvez seja a questão política mais fundamental suscitada pelo seu desenvolvimento. (CASTELLS, 2003, p. 135).

O grande desafio do campo político está em se adaptar-se, constantemente, para acompanhar as mudanças sociais e das novas tecnologias de comunicação, mantendo o alto padrão de profissionalização no gerenciamento da informação e desenvolvimento de ferramentas de participação popular. Tendo em vista que, conforme observa Marques (2010, p. 135), para promover a participação dos usuários não basta apenas a simples oferta de dispositivos de e-participação, “o fortalecimento da participação política é uma tarefa complexa e requer a consideração de uma variedade de atividades, circunstâncias, agências e atores políticos”. Assim, tendemos a concordar com a citação de Peter Dahgren feita por Wilson Gomes:

a questão hoje não é tanto como a internet vai mudar a vida política, mas, sobretudo, o que pode motivar mais pessoas a ver-se como cidadãos de uma democracia, a envolver-se na política e – para aqueles que têm acesso – a empregar as possibilidades que a rede ainda oferece. Algumas respostas deverão ser encontradas na própria rede, mas a maioria reside nas nossas circunstâncias sociais (2001, p. 53). (GOMES 2008, p. 326).

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet** - Reflexões sobre Internet, Negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 3ª Edição. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GABINETE DIGITAL. **O que é o Gabinete Digital?** Disponível em: <http://antigo.gabinetedigital.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=57>. Acesso em: 11 de novembro de 2011. Porto Alegre, 2011a.

GABINETE DIGITAL. **Décima edição da Interiorização acontece no município de Cacequi**. Disponível em: <<http://antigo.gabinetedigital.rs.gov.br/especial.php?pagina=agenda>>. Acesso em: 11 de novembro de 2011. Porto Alegre, 2011b.

GABINETE DIGITAL. **Gabinete Digital lançará nova forma de participação no próximo mês**. Disponível em: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/post/29>>. Acesso em: 11 de novembro de 2011. Porto Alegre, 2011c.

GABINETE DIGITAL. **Governador quer saber a sua opinião para melhorar a saúde pública**. Disponível em: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/post/315>>. Acesso em: 11 de novembro de 2011. Porto Alegre, 2011d.

GOMES, Wilson. **Ciberdemocracia: possibilidades e limites**. 2004. *In*: SILVA, Sivaldo Pereira da. **Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras**. Artigo disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26422.pdf>>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política**. *In*: GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. **Democracia Digital: que democracia?** *In*: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política. UFMG, Belo Horizonte, 05 a 07/12/2007.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **"Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais**. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000100005&script=sci_arttext>. Acesso: 12 de novembro de 2011.

ONU. **UN E-Government Survey 2008 – From E-Government to Connected Governance**. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan028607.pdf>>. Acesso em: 13 de novembro de 2011.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras**. Artigo disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26422.pdf>>. Acesso em 12 de novembro de 2011.